



RAIO-X - PROVA DISCURSIVA **SEDES-DF**

PEDAGOGIA



 **DOZEROANOTAMAXIMA**
MICHAELHENRIQUE.MH

PROFESSOR MICHAEL HENRIQUE

@michaelhenrique.mh

RAIO-X DA PROVA DISCURSIVA

- Prova Discursiva: 100,00 pontos; mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- A prova discursiva consistirá em estudo de caso, composto por múltiplos questionamentos, sob a forma de texto dissertativo, conforme o comando formulado pela banca examinadora.
- Para o cargo de Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social (EDAS), a prova discursiva consistirá em ESTUDO DE CASO, composto por múltiplos questionamentos, sob a forma de texto dissertativo, conforme o comando formulado pela banca examinadora.

Critérios Avaliativos:

- 1- Conteúdo e Atendimento ao Comando (CAC) – pontuação máxima de 3,00 pontos, com peso 7;
- 2- Organização Textual (OT) – pontuação máxima de 3,00 pontos, com peso 1,5; e
- 3- Domínio da Modalidade Escrita da Língua Portuguesa (DLP) – pontuação máxima de 3,00 pontos, com peso 1,5.

- **Fórmula de Cálculo da Prova Discursiva:** $[(CAC \times 7) + (OT \times 1,5) + (DLP \times 1,5)] \div 0,3$

ESTUDO DE CASO: MARIA E O DIREITO DE APRENDER AO LONGO DA VIDA

Maria, 65 anos, viveu grande parte da vida em contexto de violência doméstica, controle familiar e privação de direitos. Na infância e na adolescência, não teve acesso regular à educação básica, pois sua permanência fora da escola foi marcada pelo medo, pela dependência econômica e pela ausência de uma rede de proteção efetiva. Ao longo dos anos, Maria desenvolveu estratégias de sobrevivência, mas permaneceu em situação de analfabetismo e exclusão social.

Agora, aos 65 anos, após romper o ciclo de violência e buscar maior autonomia, Maria manifesta o desejo de estudar, aprender a ler e escrever, compreender melhor o mundo à sua volta, acessar serviços públicos com independência e fortalecer sua autoestima. No entanto, seu retorno ao processo educativo é atravessado por diversos desafios: insegurança, vergonha, defasagem escolar, vulnerabilidade emocional, dificuldades de socialização e medo de não conseguir acompanhar outras pessoas.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de intervenção pedagógica especializada, capaz de acolher Maria em sua trajetória, reconhecer sua história de dor e resistência e construir estratégias

educativas compatíveis com sua condição social, emocional e etária. Nesse contexto, o trabalho do pedagogo torna-se essencial tanto no atendimento individual quanto na articulação com a rede de proteção social, especialmente em Unidades de Acolhimento, serviços assistenciais e espaços educativos voltados à inclusão.

O caso de Maria convida à reflexão sobre o papel da educação como direito social, sobre os limites da escola tradicional diante das vulnerabilidades sociais e sobre a importância de práticas pedagógicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Questionamento central do estudo de caso

Como a atuação do pedagogo pode contribuir para garantir o direito à educação de Maria, considerando sua trajetória de violência doméstica, exclusão escolar e vulnerabilidade social, bem como promover ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher em diferentes espaços educativos e de acolhimento?

Ao abordar o seu texto responda os múltiplos questionamentos abaixo:

- 1- Como a educação formal, não formal e informal aparecem na trajetória de Maria, e de que forma essas três dimensões podem contribuir para seu processo de aprendizagem na velhice?
- 2- Quais desafios contemporâneos da educação em contextos de vulnerabilidade estão presentes no caso de Maria, especialmente em relação à evasão escolar, ao analfabetismo e à Educação de Jovens e Adultos (EJA)?
- 3- De que maneira o direito social à educação, articulado à proteção social, pode favorecer o retorno de Maria aos estudos, considerando sua condição de vulnerabilidade?
- 4- Como o Art. 205 reforça a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia do direito à educação de Maria?
- 5- Qual é a importância da atuação do pedagogo em Unidades de Acolhimento e em outros espaços de proteção social para assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento educacional de pessoas em situação semelhante à de Maria?
- 6- Como a atuação pedagógica pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, transformando a educação em instrumento de proteção, autonomia e emancipação?

PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Na trajetória de Maria, a educação formal aparece de modo interrompido pela violência doméstica, pela exclusão escolar e pela ausência de proteção social. Vale citar que a educação não formal pode ocorrer em serviços socioassistenciais, grupos, oficinas e ações de acolhimento. Por conseguinte, a educação informal esteve presente em suas experiências de vida, nas estratégias de sobrevivência e nos aprendizados construídos no cotidiano. À luz de Paulo Freire, seu processo educativo na velhice deve partir de sua história concreta, valorizando o diálogo, a escuta e a construção da autonomia.

Em relação ao caso em comento, evidencia-se desafios contemporâneos como evasão escolar, analfabetismo, baixa autoestima, vergonha, vulnerabilidade emocional e dificuldades de permanência, o que exige uma atuação pedagógica inclusiva e humanizada, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), deve-se respeitar o tempo, os saberes e as necessidades da educanda.

Por outro lado, nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988 (CF), a educação é um direito social, e, conforme o art. 205, é um direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho. Assim, o retorno de Maria aos estudos depende da articulação entre educação e proteção social, com acesso à rede pública, acolhimento institucional, acompanhamento psicossocial e estratégias pedagógicas adequadas à sua condição etária e emocional. Nessa perspectiva, o pedagogo atua em Unidades de Acolhimento, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e demais espaços de proteção, e promove acesso, permanência e desenvolvimento educacional, além de fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Desse modo, segundo Libâneo, a ação pedagógica ultrapassa a escola e organiza processos educativos em diferentes contextos sociais. Ou seja, a atuação pedagógica pode prevenir e enfrentar a violência contra a mulher por meio de ações educativas, rodas de conversa, orientação sobre direitos, fortalecimento da autoestima e incentivo ao protagonismo. Nessa acepção, a educação torna-se instrumento de proteção, emancipação, inclusão e cidadania.